

# DRIAS

Com frequência o CBR recebe propostas das mais variadas, oferecendo toda sorte de produtos, serviços e idéias. De tônico capilar a fórmulas de elisão fiscal. A finalidade desses contatos é a tentativa de obtenção da lista de associados ao Colégio e respectivos endereços e, se possível o aval do CBR.

Todas as propostas são analisadas pelas áreas de interesse.

Assim, recentemente foi encaminhado à Assessoria Jurídica um senhor que se identificou como *"consultor comercial de um grande escritório de advocacia"* (não sei que função seja essa, desconfio que seja a do "paqueiro" devidamente repaginada – prática duramente combatida pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Pois bem, referido senhor desejava marcar uma entrevista para demonstrar que seu cliente (o advogado), tem uma tese que denominou "vencedora", de modo a permitir, via Poder Judiciário, que aqueles que possuam financiamento ou arrendamento – *leasing* - de equipamentos, teriam o valor de equivalência reduzido para R\$ 1,15 (um real e quinze centavos). Repete-se, o débito seria pago pelo dólar norte-americano cotado a R\$ 1,15.

Por delicadeza, concordei com a realização do encontro desde que houvesse o cumprimento de três pressupostos. 1) que fosse apresentada decisão definitiva prolatada por qualquer tribunal de justiça do País ou do Superior Tribunal de Justiça; 2) que a referida decisão, não dissesse respeito à aquisição de veículos e; 3) que o agente financeiro não fosse estabelecido no Brasil.

Adverti que se não houvesse o preenchimento desses três pressupostos, a entrevista seria interrompida, caso contrário, se preenchidos, teria o maior prazer em apresentá-los à Diretoria do Colégio, pois os anseios dos radiologistas seriam satisfeitos.

Ante minhas solicitações, esclareceu que não mais desejava a entrevista e imputava minha postura ao medo de eventual "concorrência" de outros profissionais.

Antecipei, no entanto, que considero as "teses" até agora apresentadas, como aventureiras, pois não seria lógico que nosso Poder Judiciário, debitasse a estabelecimentos internacionais de crédito, que efetivamente disponibilizaram moeda estrangeira aos médicos para aquisição de equipamentos, a responsabilidade pela incúria dos administradores tupiniquins.

Lembrando que a consequência de eventual aventura jurídica pode ser extremamente custosa, pois a parte que vier a perder o processo poderá arcar com o custo efetivo de até 25% (vinte e cinco por cento) do real valor em discussão.

Sobre esse assunto, a desvalorização cambial e a radiologia, muita tinta já foi gasta e mais não vou gastar.

Porém, recomendo aos médicos, mais uma vez, que antes de ingressarem em Juízo para questionar os efeitos da desvalorização cambial em contratos de financiamento, que consultem seus advogados de confiança, que examinem se há precedentes no Judiciário, que adotem as cautelas de modo a permitir que tudo não passe de mais uma história de Papai Noel.

*Dr. Antonio Luiz Bueno Barbosa é  
assessor jurídico do CBR*